



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade**  
<http://www.cecs.uminho.pt>

---

**Considerações em torno da relação entre língua e pertença  
identitária no contexto lusófono\***

---

**Moisés de Lemos Martins**

Professor Catedrático

[moisesm@ics.uminho.pt](mailto:moisesm@ics.uminho.pt)

**Regina Brito**

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo,  
Brasil

[rhbrito@mackenzie.com.br](mailto:rhbrito@mackenzie.com.br)

Universidade do Minho  
*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*  
Campus de Gualtar  
4710-057 Braga  
Portugal

2004

---

\*BRITO, R. H. & MARTINS, M. de L. (2004) "Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono", *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, n. 2, Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, São Paulo, pp. 69-77.

## **Sinopse**

A língua constitui-se como uma das dimensões da pertença identitária e, como tal, dependente tanto do conhecimento que dela se tem, quanto do reconhecimento que dela se faz. Assim, os critérios de pertença identitária se dão ora como fatores e expressões, ora como essência e significação: um enunciado como “falo português porque sou português” pode ter dois sentidos, fundamentalmente diferentes e estruturalmente inseparáveis: “minha língua é o produto de minha pertença a um grupo” (um traço de natureza social); “escolhi falar a língua que eu falo para assegurar minha pertença ao grupo” (uma marca significativa de vontade pessoal).

Deste modo, se, por um lado, a língua avaliada apenas como sistema objetivamente analisável não caracteriza a pertença ao grupo; por outro, não basta à língua a qualidade de ser manifestação de uma vontade subjetiva de compartilhar um código.

Abordar a identidade nacional é, portanto, esbarrar em aspectos multiculturais de uma sociedade. Tratar desse estado multicultural impõe considerar tanto etnias nacionais diversas – como acontece em Moçambique e ocorreu em Timor-Leste, por exemplo – quanto minorias migratórias – como se pode observar em Portugal atualmente ou mesmo com a chegada da Keeping Peace Force em Timor-Leste, a partir de 1999, com a instalação da força humanitária internacional e de uma verdadeira babel – ainda que a língua oficial de trabalho fosse o inglês.

Nesta direção, o presente estudo, inserido numa pesquisa maior que versa a respeito das relações entre língua e identidade no âmbito da lusofonia, abordando o conceito de pertença identitária, apresenta o papel da língua portuguesa em realidades nacionais de diferentes regiões do globo e a sua relação com outras línguas locais.

**Palavras-chave:** lusofonia – identidade – língua

Uma língua não tem outro sujeito senão aqueles que a falam,  
nela se falando. Ninguém é seu proprietário.

(Lourenço, 2001: 123)

Neste sentido, encontramos-nos, pois no cerne da interação do individual e do social pelo que não é de admirar a multiplicidade de contextos em que podemos encontrar referências ao conceito de identidade. Do multiculturalismo à crença de uma americanização do mundo, das reivindicações étnicas às identidades nacionais, das identidades profissionais à cultura de empresa a identidade surge-nos como conceito incontornável.

(Azevedo, 2000: 166)

As colocações anteriores, que associam representação e vontade à linguagem e à realidade social, convergem para a problemática da identidade – posto que a língua, reconhecida como um processo histórico, é uma das dimensões da pertença identitária (Oriol, 1985: 342) e, como tal, depende não apenas do conhecimento que dela se tem, mas também do reconhecimento que dela se faz. Deste modo, *a linguagem não é só o conceptual, não são só as idéias, a representação. É também a afectividade, a emoção, o desejo, a intencionalidade, a vontade* (Martins, 2002:119).

De facto, representação e vontade são marcas caracterizadoras da identidade (Bourdieu, 1980: 67). Representação porque a identidade é *um ser percebido, e percebido como distinto, que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros*; vontade por ser *acato de adesão pessoal permanentemente reiterado a uma comunidade, a qual se espelha numa estrutura simbólica, que incessantemente inspira práticas significantes* (Martins, 1996:24-5).

A identidade pode, então, ser entendida como em contínuo processo, em busca de uma perfeição idealizada, a imaginar-se, construir-se e transformar-se a partir tanto das expectativas e frustrações que criamos diante do olhar do outro sobre nós, quanto do sentido de incompletude e de falta de inteireza que esse mesmo olhar provoca.

Com efeito, embora o sujeito esteja *sempre partido ou dividido, ele vivencia a sua própria identidade como se ela estivesse reunida e “resolvida”, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo como uma “pessoa” unificada* (Hall, 2002: 38). A unidade da

identidade é, portanto, utópica, já que se fundamenta e se constrói na diferença e na divisão à procura da totalidade.

Contudo, como esse sujeito dividido se reconhece na coletividade? No plano das identidades nacional e cultural, de que forma esse indivíduo atinge uma unidade? Se a unificação da identidade individual é matéria complexa (*a identidade*, destaca Lourenço (1990:9), *mesmo a do indivíduo não é mero dado, mas construção e invenção de si*), mais ainda o é pensar na unidade da identidade nacional.

A identidade se dá como um produto e/ou como uma expressão assumida pelos sujeitos. Por exemplo, ser português é julgar-se tal como uma expressão de encantamento de atividades coletivas, remotamente distantes na história, e desejar-se assim, no momento em que se expressa – uma vez que, no plano da identidade, a língua se coloca como a voz pela qual, praticamente, definimos as ligações do individual ao coletivo (Oriol, 1985:336 e 343).

Oriol (1985: 334-6) afirma, ainda, que os critérios de pertença identitária se dão ora como fatores e expressões, ora como essência e significação: um enunciado como “falo português porque sou português” pode ter dois sentidos, fundamentalmente diferentes e estruturalmente inseparáveis: “minha língua é o produto de minha pertença a um grupo” (um traço de *natureza* social); “escolhi falar a língua que eu falo para assegurar minha pertença ao grupo” (uma marca significativa de *vontade* pessoal). Deste modo, se, por um lado, a língua, avaliada apenas como sistema objetivamente analisável, não caracteriza a pertença ao grupo; por outro, basta à língua a qualidade de ser manifestação de uma vontade subjetiva de compartilhar um código:

*Ao usar o português não me sinto mais ou menos moçambicano, porque é a língua oficial e, se não a falássemos, este nosso país estaria em desordem, com uma diversidade de línguas.*

(depoimento de cidadão moçambicano, acerca do estatuto oficial da Língua Portuguesa no país, apud Firmino, 2002:240)

*Foi a língua portuguesa que os nossos dirigentes usaram para compactar um ao outro, no interior e no exterior; isto é, nos países amigos da língua oficial portuguesa para convocar a SOLIDARIEDADE. Por isso, não há razão nenhuma de rejeitar a*

*adopção da língua portuguesa como nossa língua oficial porque não  
estamos a andar sozinhos...*

(depoimento de um candidato a alfabetizador,  
Distrito de Cova Lima, Timor-Leste, Julho/2002)

Nestes termos, a identidade nacional, produto de dinâmicas que tendem a circunscrever os grupos, pode ser entendida como atos de totalização efetuados pelas instituições (totalização institucional) – por exemplo, a oficialização de uma língua - ou pelos indivíduos (totalização existencial) e, portanto, objetos da crença social.

Oriol (1979 e 1985) apresenta três dimensões – constituição, instituição e expressão - que explicam a identidade social: a dimensão produzida, *uma estrutura simbólica historicamente constituída* (a cultura nacional, ambiental e a sub-cultura); a dimensão instituída, *as definições oficiais que a objetavam* (a palavra da Igreja, do Estado, dos partidos políticos); e a dimensão expressa, *as expressões individuais que definem, em tensão com os dados objetivadas, um destino singular*. (Cf. Martins 1996: 23-6 e 2002: 122-3).

Se, conforme Bourdieu (1980), identidade é representação (produto) e é vontade (expressão) assumida pelos indivíduos, a interiorização destes dois aspectos nos faz recordar que ninguém nasce com uma identidade nacional, já que ela se forma e se transforma ao longo de nossa existência:

*a identidade nacional resulta antes de mais da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma coletividade humana (...) dado que essa coletividade tem uma existência histórica, será necessário (...) não esquecer que a identidade nacional foi revestindo formas sucessivamente diferentes ao longo dos tempos* (Mattoso, 1998:5).

Além disso, a noção de nacionalidade, para além de sua natureza política, acaba por ser resultado de uma instância simbólica, fruto de uma incessante construção discursiva cultural – que é um sistema de representação. Quer isto dizer que, não importam as diferenças de quaisquer ordens que caracterizem os indivíduos de uma nação, a idéia de uma identidade cultural nacional acaba por, em tese, constituir uma unidade:

*(...) a cultura é agora o meio partilhado necessário, o sangue vital, ou talvez, a atmosfera partilhada mínima, apenas no interior da qual os*

*membros de uma sociedade podem respirar e sobreviver e produzir. Para uma dada sociedade, ela tem que ser uma atmosfera na qual podem todos respirar, falar e produzir; ela tem que ser, assim, a mesma cultura.* (Gellner, 1983, apud Hall, 2002:59)

Dissemos “em tese”, pois a noção de “cultura nacional” não é de todo unificadora. Basta pensar na nação à qual pertencemos, seja ela Portugal, Brasil, Moçambique ou qualquer outra. A idéia de nação presume a convivência de diferentes grupos étnicos e a existência da estratificação social; além disso, supõe uma síntese de elementos culturais vários, de mistura de raças, de religiões, de línguas, de mitos, de costumes, de crenças, de tradições:

*Quando falo Português sinto que estou a usar a vantagem de um instrumento que é estrategicamente viável para mais expansão e inserção nas várias comunidades linguísticas existentes no nosso país. Apesar do facto de que alguns diriam que é um elemento de alienação cultural, a influência que as línguas africanas exercem ou exerceram sobre o Português permitem-me dizer com alguma plausibilidade que efectivamente não há espaço para tal alienação, porque o Português pode também ser já uma língua africana.*

(depoimento de cidadão moçambicano, acerca do estatuto oficial da Língua Portuguesa no país, apud Firmino, 2002:240).

Essa idéia de síntese não significa, necessariamente, unidade, nem homogeneidade, nem parceria; significa, na verdade, uma luta pelo poder, vencida por determinados valores (traços) que acabam por definir o carácter “nacional” a ser instituído e, por que não dizer, assumido:

*O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade.* (Bourdieu, 1989: 117)

Abordar a identidade nacional é, portanto, esbarrar em aspectos multiculturais de uma sociedade. Tratar desse estado multicultural impõe considerar tanto etnias nacionais diversas – como acontece em Moçambique e ocorreu em Timor-Leste, por exemplo – quanto minorias migratórias – como se pode observar em Portugal atualmente ou mesmo com a chegada da Keeping Peace Force em Timor-Leste, a partir de 1999, com a instalação da força humanitária internacional e de uma verdadeira babel – ainda que a língua oficial de trabalho fosse o inglês.

Neste contexto, as questões que se colocam vão desde o direito de pequenas comunidades (ou mesmo de indivíduos) de praticarem suas crenças, em um ambiente social que lhes exige outras práticas, até a defesa de línguas consideradas de minorias em detrimento de uma oficial, padrão, escolarizada. Desta forma, os conceitos de identidade nacional e etnicidade acabam rastreando as discussões que, segundo Azevedo (2000: 167), destacam a *variabilidade e a fluidez da identidade em contraponto ao essencialismo e a diferença enquanto critério definidor da identidade*.

As noções de “consciência coletiva”, de Durkheim, e de “consciência de classe”, de Marx, que destacam, no dizer de Azevedo (2000: 168), a partilha pelos membros de um grupo de um conjunto de atributos ou semelhanças que os unem – estão na base do conceito de identidade coletiva. Neste sentido, a língua é um desses atributos que contribuem para a idéia identitária:

*Ao falar português não me sinto mais ou menos moçambicano, mas um moçambicano.*

(depoimento de cidadão moçambicano, acerca do estatuto oficial da Língua Portuguesa no país, apud Firmino, 2002:240).

No entanto, o sentido de identidade não se limita à idéia da semelhança: será no reconhecimento legítimo das diferenças (na idéia da “representação”, cf. Bourdieu, 1980 e Martins, 1996) que a identidade se realiza; para tanto, implica que o indivíduo seja percebido e se perceba como diferente. Neste sentido, assinala Rémy (1983: 98), que é necessário ao sujeito se perceber como distinto e, ao mesmo tempo, como imutável e contínuo, apesar de eventuais variações de contexto. A identidade encerra, portanto, de forma aparentemente paradoxal, a exclusão (denotando separação e diferença) e a inclusão (significado a pertença a um determinado grupo e aos seus valores).

A base da identidade nacional instaura-se, pois, em dicotomias várias: representação e vontade, para Bourdieu (1980); exclusão e inclusão, para Rémy (1983); totalização institucional e totalização existencial, para Oriol (1985); relação do mesmo e do outro, para Martins (1996); variabilidade e a fluidez, para Azevedo (2000).

Também nessa percepção dicotômica a interpreta Mattoso (1998: 7): a identidade nacional é fenômeno mental com suporte objetivo. Segundo o historiador, não se concebe a identidade nacional desconsiderando uma forma de expressão política, um pólo espacial e um território determinados; além disso, é necessário que a autonomia política e o âmbito territorial permaneçam de forma contínua por um período de tempo. O seu conceito de identidade nacional (1998: 7) é um entrelaçar de fenômenos – quais sejam: culturais, políticos, econômicos ou sociais -, que se conjugam e que alternam a sua ação de acordo com cada país.

No contexto português (Europeu), a língua, via de regra, é apontada pelos estudiosos como de grande importância para a definição identitária, pois as fronteiras linguísticas do português são praticamente coincidentes com os limites políticos. Contudo, ainda no caso do português europeu, Mattoso pondera esse papel fulcral da língua, remetendo-se a países plurilíngües que têm uma identidade nacional definida (como a Bélgica e a Suíça), mencionando outros que, sendo diferentes, têm a mesma língua (como a Alemanha e a Áustria), ou lembrando de países que têm uma única língua oficial, que convive com línguas minoritárias. E arremata:

*(...) seria bom perguntar se a aparente coincidência do português com o território nacional é um fato de identidade ou uma consequência do fato político. Esta observação é confirmada pelo facto de o português e o galego serem a mesma língua. As diferenças entre eles resultam em boa parte de o português ter, por razões políticas, evoluído autonomamente, e o galego ter, pelas mesmas razões, sofrido uma importante influência do castelhano. (Mattoso, 1998: 8)*

Complementarmente à perspectiva do historiador, o tema da “variação linguística”, empregado para tratar das diferentes expressões de uma mesma língua, propicia inúmeras discussões. Qualquer reflexão acerca do papel da língua na configuração de uma identidade nacional passa pela análise das condições contextuais da comunidade que a utiliza, uma vez que a língua, ao mesmo tempo em que se refere às atividades sociais é, também, uma prática social.

O Brasil é citado frequentemente como exemplo de “unidade” linguística a despeito de sua extensão continental, em que se fala – em tese - quase que exclusivamente a língua

portuguesa (convém não nos esquecermos das línguas indígenas e das comunidades de imigrantes). De outro âmbito é discutir a questão linguística em países reconhecidamente multilíngues como Moçambique e Timor-Leste e, ainda, tratar das variantes do português que nesses países encontramos; por isso, é fundamental considerar o fenómeno da variação linguística tanto na descrição do papel que o português desempenha como língua oficial e, quem sabe um dia, integradora num Moçambique de diversas línguas, quanto no processo de reintrodução do português em Timor-Leste, no seu status de língua oficial.

Dados do Instituto Nacional de Educação de Moçambique (1999) apontam que apenas 8,7% da população em idade superior a cinco anos falam português como língua materna e que quase a totalidade dos falantes adultos, cujas línguas maternas pertencem ao grupo bantu, utilizam o português como segunda língua – o que significa o seu contato constante com outras variedades linguísticas. De acordo com Censo de 1980, mais de duas dezenas de línguas constituem a língua materna para a maioria da população: bitonga, chope, koti, kunda, lomwe, maconde, macua, marendje, mwani, ngulu, nsenga, nyanja, nyungwe, phimbi, ronga, sena, shona, swahili, swazi, tswonga, tswa, yao, zulu.

Diante desse panorama, verifica-se a mistura de sistemas no falar cotidiano e a imposição do padrão europeu de português em ambiente escolar. Conforme assinala Firmino (2002: 304) acerca do reconhecimento dos papéis que as línguas locais e o português assumem como consequência da sua incorporação nas atividades sociais ocorrentes no país: *o Português e as línguas autóctones associam-se para executar tarefas no contexto dos sistemas retóricos, indiciais e ideológicos configurados pela natureza das relações sociais que caracterizam a sociedade contemporânea moçambicana.*

Timor-Leste apresenta um quadro multilinguístico que engloba, além do tétum (língua oficial e nacional), o português (língua oficial), dezenas de línguas maternas locais: baikenu, bunak, bekais, dadua, duá, dagada, fataluko, galole, habo, idaté, kemak, lakalei, lolei, makassai, marai, mambai, makalere, medike, naitoti, nogo-nogo, osso-moko, rakluma, raí-eso, sa-ane, tokodede, uaimoa. Além disso, devido aos vinte quatro anos de dominação Indonésia (que representou, como se sabe, a proibição do uso da língua portuguesa e a minimização do emprego do tétum), grande parte da população (sobretudo

os adolescentes e os adultos jovens) fala a língua malaia. Neste caso, não se pode ignorar que o português não é a língua da maioria da população timorense (em algumas localidades, como no enclave de Oe-Cusse e Lautem, há quem não a conheça), podendo ser considerado como a segunda língua (depois do tétum, a língua nacional e veicular) e, para muitos, a terceira língua, depois da língua local e do tétum (e, é claro, da bahasa indonésia) (Brito, 2002). Aqui, a manutenção do português, língua de cultura, como língua oficial *de e em* Timor-Leste dependerá muito da política educacional, da mobilização dos vários setores da sociedade timorense, da disposição da comunidade e do apoio dos países lusófonos.

Essa visão multicultural da vinculação entre língua e identidade é interpretada por meio de uma tradição intelectual industrial, urbana e cosmopolita daqueles que já integram a ‘era da informação’, que vivenciam as emissões radiofônicas e televisivas, dispõem de jornais e revistas, mais ainda: que têm direito ao acesso às redes de informação via Internet e o privilégio de viagens nacionais e internacionais, assim como o conhecimento de várias línguas. Se o conhecimento de várias línguas nos faz repensar atitudes culturais de outros povos, conceitos, crenças e modos de interagir e interpretar a realidade circundante, também nos faz reflectir acerca das interferências e das influências que a convivência com outras línguas (em especial, as nacionais, conforme ocorre em Moçambique e Timor-Leste, por exemplo) vêm trazendo ao português.

Diante disto, tendo em vista a amplitude da lusofonia e retornando às palavras de Eduardo Lourenço que encimam este artigo, parece ingênua a adopção de uma posição de senhor da língua portuguesa. Em Portugal, como em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste ou Brasil, a língua portuguesa conhece e constrói a sua própria história – e, por isso, está muito longe de poder ser tratado como um idioma uniforme.

Respeitar as experiências particulares, os valores diferentes, a especificidade cultural, o modo próprio de experienciar a realidade e a visão de mundo que cada comunidade do universo lusófono vem fixando na norma do português – é essa a perspectiva a adoptar para o entendimento da construção de uma possível identidade lusófona, desafio em um mundo que se quer globalizado, marcado pelos *inter* e *multi* culturalismos.

### Referências bibliográficas

- Azevedo, José. (2000) “Culturas: a construção das identidades”. **Africana Studia**. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 165-182.
- Brito, Regina Helena Pires de. (2002) “Língua e visão de mundo – o português em Timor-Leste”. **Comunicação, Educação e Artes**. São Paulo, Ed. Mackenzie.
- Hall, Stuart. (2002) **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A.
- Lourenço, Eduardo. (1990) **Nós e a Europa ou as duas razões**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.
- \_\_\_\_\_. (2001) **A nau de Ícaro**. São Paulo, Cia das Letras.
- Martins, Moisés de Lemos. (1996), **Para uma inversa navegação. O discurso da identidade**. Porto, Afrontamento.
- \_\_\_\_\_. (2002) **A linguagem, a verdade e o poder. Ensaio de semiótica social**. Coimbra, Calouste Gulbenkian.
- Mattoso, José. (1998) **A identidade nacional**. Lisboa, Gradiva.
- Oriol, Michel. (1979) “Identité produite, identité instituée, identité exprimée: confusions des théories de l’identité nationale et culturelle”. **Cahiers internationaux de sociologie**. Paris, PUF. V. LXVI, p. 19-28.
- \_\_\_\_\_. (1985) “Appartenance linguistique, destin collectif, décision individuelle”. **Cahiers internationaux de sociologie**, Paris, PUF. V. LXXXIX, p. 335-347.
- Rémy, J. “Identité et alterité. Processus de spatialisations individuelles et collectives”. In: Pellegrino, Pierre (ed.) **Espaces et culture**. Saint-Saphorin, Editions Georgi, 1983. p. 97-115.